

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2007

Tomadas de Contas dos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO/ENTIDADE 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/DPRF/MJ	RECURSOS GERIDOS (art. 3º, §2º DN) R\$ 7.267.426,08
RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS (art. 14, IN/TCU 47/2004)	LOCALIZAÇÃO (*) (Volume / fls.)
1. UNIDADE	
I. Declaração do dirigente máximo da unidade jurisdicionada sobre a fidedignidade de informações constantes do rol de responsáveis, contidas em banco de dados informatizado.	03
II. Relatório de Gestão com os conteúdos do anexo II apresentados em títulos específicos, destacando a localização dos itens abaixo discriminados	04-67
● Demonstrativo sintético de TCE, conforme indicado no item 14 do Anexo II (Deve ser apresentado e capeado em volume destacável das contas com numeração própria de suas folhas)	-
● Demonstrativo relacionando TCE, conforme indicado no item 12 do Anexo II	-
● Demonstrativo contendo informações de danos ressarcidos, conforme indicado no item 13 do Anexo II	59
III. Informações contábeis	
● Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada sobre as informações constantes do Siafi	68-70
● Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos	-
IV. Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação de bens e rendas	71-72
V. Relatórios e pareceres de instâncias que devem se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão	-
● Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o intuito de apurar dano no erário, fraudes ou corrupção	73-161
LOCAL/DATA FLORIANÓPOLIS,,SC, 29 DE FEVEREIRO DE 2007.	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente

VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente

SITUAÇÃO

1 () A Tomada de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 14 da IN/TCU 47/2004 e conteúdos constantes dos Anexos II a VIII da DN/TCU __/200__, estando em condição de ser encaminhada ao TCU.

2 () Ausente(s) na Tomada de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 47/2004 e pela DN/TCU __/200__, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver:

LOCAL/DATA

ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

3. ASSESSOR ESPECIAL / SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente

LOCAL/DATA

ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Declaro, para fins do disposto no § 1º do art. 5º da Decisão Normativa TCU n. 85/2007, alterado pela de n. 88, que as informações sobre rol de responsáveis desta unidade jurisdicionada, da qual sou dirigente máximo, contidas em banco de dados informatizado, são fidedignas, exceto no tocante às ressalvas a seguir indicadas, sobre as quais tomei as providências especificadas obtendo os seguintes resultados:

Ressalva	Providências	Resultados
Inconsistências relacionadas ao endereço residencial dos responsáveis.	Solicitação para a atualização dos endereços o SIAFI.	Atualização dos endereços residenciais dos responsáveis.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Florianópolis, 20 de Fevereiro de 2008.

LUIS CARLOS PADILHA
Superintendente Substituto



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Controladoria-Geral da União

PLANO DE PROVIDÊNCIAS

Unidade Examinada: 8ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal/SC

Relatório nº: 189595

– **Itens do Relatório:**

1.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (025)

Bens móveis não localizados, bens móveis não constantes de sistema de controle patrimonial e ausência de termos de responsabilidade.

Recomendação: (01) Buscar junto ao seu Órgão Central, bem como por meios internos, dotar os setores que se relacionam com seu controle patrimonial de estrutura suficiente para assegurar seu adequado funcionamento, traduzido no atendimento da legislação que rege a matéria, em especial a IN/SEDAP n.º 205/88;

Recomendação: (02) Promover o imediato levantamento e assinaturas dos termos de responsabilidade referentes aos bens móveis de todos os seus setores, núcleos e delegacias, bem como a revisão e atualização dos termos de responsabilidade individual;

Recomendação: (03) Incluir no sistema patrimonial da Unidade os bens encontrados pela Comissão Inventariante, mas que não constam de seus registros (com descrições e números patrimoniais discriminados nos memorandos contidos no processo n.º 08666.006994/06-50);

Recomendação: (04) Promover esforços junto às Delegacias, Núcleos e Setores da Unidade no sentido da localização dos bens não encontrados pela Comissão Inventariante (também descritos em memorandos contidos no processo n.º 08666.006994/06-50);

Recomendação: (05) No caso de insucesso nas buscas realizadas, instaurar sindicância para apuração de responsabilidade pelos desaparecimentos dos bens.

- 1. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)**
(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

2. Providências a serem Implementadas

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

3. Prazo limite de implementação: 31 /12 / 2007

2.3.1.1 COMENTÁRIO: (024)

O item 7.5.1.16 do Relatório n.º 174759 da CGU - Tomada de Contas Consolidada do Departamento de Polícia Federal, Exercício 2005 - recomendava à 8ª SRPRF/SC "rever a estrutura e os procedimentos adotados pelo setor responsável pela correição, visando dar a agilidade necessária da análise das denúncias, condução de processos de sindicância, bem como na condução de correspondentes processos administrativos disciplinares".

Recomendação: (01) Tendo em vista a elevada demanda reprimida de instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares existente na 8ª SRPRF/SC, recomendamos à Unidade que envide esforços junto ao Órgão Central no sentido de disponibilizar recursos financeiros para pagamentos de diárias relativas aos serviços correlatos, bem como oferecer treinamentos para capacitação de servidores para que possam compor as comissões apuratórias.

4. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

5. Providências a serem Implementadas – (Idem orientação 1.2, acima).

6. Prazo limite de implementação: 31 / 12 / 2007

3.2.2.1 CONSTATAÇÃO: (005)

Falhas nos controles referentes ao acompanhamento de contratos.

Recomendação: (01) Rever, desde a vigência inicial de todos os contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mecânica e elétrica, serviços de lataria, pintura e estofaria, todos os pagamentos realizados, promovendo, caso detectadas ocorrências similares às aqui apontadas a restituição ao erário dos valores indevidamente cobrados a maior pelas empresas.

7. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação (Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

8. Providências a serem Implementadas – (Idem orientação 1.2, acima).

Prazo limite de implementação: 31 / 12 / 2007

LUIZ ADEMAR PAES

Superintendente da 8ª SR/PRF/SC



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2007

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO	3
2.	RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL	4
3	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO	16
3.1	Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias federais	16
3.2	Reforço nas ações de combate à criminalidade	18
3.3	Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas	19
4	GESTÃO DE PROGRAMAS	22
4.1	Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais	22
4.2	Programa 0750 – Apoio Administrativo	36
4.3	Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da PRF	43
5	DESEMPENHO OPERACIONAL	50
6	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	57
7	INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNICA FISCAL	57
8	OPERAÇÕES DE FUNDOS	57
9	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	57
	ANEXO A – Demonstrativo da tomada de contas especiais	57
	ANEXO B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades	57
	ANEXO C – Despesas com cartão corporativo	59
	ANEXO D – Recomendações de órgãos de controle	59
	ANEXO E – Demonstrativos de transferências realizadas no exercício	61
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65

1. Identificação:

NOME: 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

CNPJ: 00.394.494/0120-61.

NATUREZA JURÍDICA: Órgão Público integrante da Administração Direta do Poder Executivo Federal.

VINCULAÇÃO MINISTERIAL: Ministério da Justiça.

ENDEREÇO: Rua Álvaro Müllen da Silveira, 104 - Bairro Centro.
Florianópolis – SC. CEP 88020180

ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: www.dprf.gov.br

CÓDIGO E NOME DA UNIDADE – SIAFI: UG 200125 – 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

NORMA DE CRIAÇÃO E FINALIDADE DA UNIDADE: Decreto n. 18.323, de 24 de julho de 1928.

NORMA QUE ESTABELECE A ESTRUTURA ORGÂNICA: Constituição Federal (Art. 144); Decreto n. 1.655, de 03 de outubro de 1995 e Portaria n. 1375, de 02 de agosto de 2007.

REGIMENTO INTERNO: PORTARIA Nº 1.375, DE 02 DE AGOSTO DE 2007.

2. Responsabilidades institucionais:

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois são o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhões de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da

criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso estado e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a conseqüência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado, o Estado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança

pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além deles, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da

segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a auto-sustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

A 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, para a execução de sua atividade fim, é constituída em uma Sede Regional, oito Delegacias, vinte e quatro postos de fiscalização, um Núcleo de Operações Especiais, um Corpo de Motociclistas, uma Central de Informações Operacionais, um Grupo de Operações com Cães e a Divisão de Operações Aéreas-Base Sul, possui 514 policiais na ativa, em atuação em todo o território estadual e eventualmente têm parte de seu efetivo deslocado para operações em partes do território nacional. Desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A maior dificuldade por qual passa esta Regional encontra-se no reduzido efetivo, levando-se em consideração que a atividade fim da Instituição é iminentemente operacional, a área administrativa é penalizada em função da falta de pessoal para atendimento de grande parte das demandas laborais. Na área operacional, há postos em que trabalham somente dois policiais por escala, o que afeta inclusive a segurança dos próprios policiais. Na área administrativa, há núcleos que funcionam com apenas dois servidores, quando haveria a necessidade mínima de quatro ou cinco servidores, para que hoje iniciassem atividades que estão acumulando-se há tempos em função da escassez de recursos humanos. Conforme Audiência Pública requerida pelo Senhor Superintendente, realizada em 2007, na Assembléia do Estado de Santa Catarina, foi requisitado junto à bancada parlamentar catarinense Moção a ser entregue ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, com o fim de viabilizar concurso para admissão de no mínimo 500 policiais, exclusivamente para o Estado de Santa Catarina, o que possibilitará aumento da fiscalização e atuação mais efetiva no combate à criminalidade nestas regiões, pelo incremento de policiais nos postos de fiscalização e a consequente reestruturação do efetivo na Regional, conforme inclusive recomendação constante de Relatório de Auditoria n. 189595. Saliento que os critérios para aprovação de concursos, quantitativo a ser admitido e distribuição do efetivo nas Regionais são definidos pelo DPRF..

A 8ª Superintendência/SC, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 2.304 km de rodovias federais catarinenses, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

O ano de 2007 ficará marcado com um dos anos mais violentos da última década na questão de acidentes de trânsito. A imprudência foi a principal causa dos acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências aconteceram em pistas com boas condições de trafegabilidade. Cálculos baseados em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que o prejuízo com acidentes nas rodovias federais em 2007 custou ao Brasil R\$ 10,6 bilhões. Neste contexto, Santa Catarina desponta no cenário nacional como o segundo estado da federação que mais mata pessoas em estradas federais no País. Necessário salientar que em Santa Catarina há fatores que contribuem para o incremento dos acidentes, qual sejam as obras de duplicação da BR 101, no sul do estado e o fato das cidades litorâneas de Santa Catarina estarem entre os melhores destinos de

Turismo no Brasil, conforme ratificação da mídia e finalmente, as condições adversas das rodovias.

Com a intensificação da fiscalização por parte da 8ª SRPRF/SC, houve aumento fortíssimo na aplicação de multas no ano de 2007, tendo sido registrado acréscimo na ordem de 115.348% em relação aos números do ano passado, decorrentes da extração de 116.120 notificações contra 53.922, do ano anterior. Em 2008, o planejamento é intensificar mais ainda a fiscalização, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes e mortes.

Entre os fatores conjunturais que contribuíram para o aumento dos acidentes de trânsito nas rodovias federais destacam-se: a crise aérea, que aumentou o tráfego em rodovias nos feriados prolongados, a explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, colocando em circulação quase quatro milhões de novos veículos, o que abarrotou as estradas federais, aumentando a probabilidade de acidentes e, por último, a melhoria das condições das rodovias, reforçando o paradoxo de que quanto melhores as rodovias, elevam-se de forma exponencial os acidentes devido ao excesso de velocidade.

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2007 (banco de dados que integra todos os Detran's do país), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Desde o Carnaval, os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo. Ao todo, no ano de 2007, foram fiscalizados em Santa Catarina 351.034 veículos. (fonte: Relatório Operacional Diário-Rod).

A seguir, é apresentado quadro comparativo dos resultados de 2006 e 2007 onde se verifica o aumento do índice de acidentes/mortos/feridos nas rodovias federais.

Índice de Acidentes	2006	2007
Total de Acidentes	12700	14365
Com feridos	7889	9163
Sem vítimas	7233	8257
Com mortos	545	593
Fonte: Relatório Operacional Diário – Rod da PRF (Anos		

Em 2007, em cumprimento às Operações do Calendário Nacional, instituído pelo DPRF e ao Calendário de Operações da Regional foram realizadas 55 Operações Especiais, sendo registradas 23 (vinte e três) ocorrências de apreensão de munições, tendo como resultado a apreensão de 13.441 gramas de cocaína, 1.590 quilos de maconha, detenção de 102 pessoas por tráfico de entorpecentes e apreensão de 42 armas de fogo.

Como defensora do meio ambiente, a PRF também mostrou empenho em ações conjuntas com o Ibama. Foram apreendidas durante o ano 111 m3 de madeira extraída de forma irregular. A quantidade representa cerca de 1.387 árvores em idade adulta. Mais de 24 animais silvestres, entre aves raras e mamíferos em extinção, foram descobertos pela Polícia Rodoviária Federal em compartimentos cada vez mais criativos e cruéis. Dentro de pneus estepes, no interior da lataria dos veículos, e em compartimentos sem nenhum tipo de ventilação. Foram registradas 28 (vinte e oito) detenções referentes a crimes ambientais em Santa Catarina. (Fonte: Relatório Operacional Diário – Rod)

Por mais um ano, a Polícia Rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias. Durante o ano, a PRF em Santa Catarina resgatou 2 (duas) crianças e 9 (nove) adolescentes vítimas de crimes, tendo sido retiradas de situações de risco e tendo saldo de 10 (dez) pessoas detidas envolvidas em crimes dessa natureza. A terceira edição do *Guia para a Localização de Pontos Vulneráveis à Exploração Infanto-Juvenil, confeccionado anualmente pela Coordenação-Geral de Operações/DPRF*, também merece destaque. Pela primeira vez, o trabalho de pesquisa teve a parceria da OIT - Organização Internacional do Trabalho, além do Escritório contra Drogas e Crime da ONU. Através do mapeamento de toda malha viária federal, a Polícia Rodoviária Federal pode identificar pontos críticos e combater efetivamente a exploração sexual de menores. Foram levantados no estado, todos os pontos de prostituição infantil, nas rodovias federais catarinenses.

Trabalhadores em regime de servidão viram, mais uma vez, a Polícia Rodoviária Federal como aliada, como verificou-se na Operação Trabalho Escravo na regional de Chapecó, no oeste do Estado.

Os XV Jogos Pan-Americanos, cuja segurança foi organizada e

supervisionada pela SENASP, também marcaram a atuação da PRF em 2007. Todos os acessos à cidade do Rio de Janeiro receberam efetivo extra de policiais rodoviários federais, especializados em técnicas de combate à criminalidade. Os números comprovam o sucesso da Operação Podium. Durante trinta dias, 295 criminosos foram presos no estado. A Polícia Rodoviária Federal ainda apreendeu quase 100 quilos de drogas, mais de nove mil esferas de haxixe, 68 granadas, 16 fuzis e metralhadora, dólares e reais provenientes de ações criminosas, tendo a participação efetiva de 100% dos policiais do Núcleo de Operações Especiais e a convocação de 48 (quarenta e oito) servidores da Regional, para comporem as equipes de policiais em atuação dos jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, deixando a Regional, que enfrenta há muito seríssimas dificuldades quanto ao efetivo disponível, em situação ainda mais desfavorável.

Inserida no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), do Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias. Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

A seguir, apresenta-se quadro comparativo das apreensões de 2006 e 2007 onde se verifica a eficácia e eficiência das ações:

RESULTADO DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME			
ITEM	QTD	2006	2007
Pessoas Detidas	Unidade	1237	1426
Maconha	Ton.	1,01	15,9
Cocaína	kg.	9.327	13.441
Haxixe	Esfera	2.195	1.206
Crack	kg.	8.118	4.895
Cd/Dvd's	Unidade	16.231	20.840
Cigarros	Pacote	28.944	13.544
Combustíveis	Litros	900	25.000
Informática	Unidade	1233	1570
Eletrônicos	Unidade	1.501	2.747
Medicamentos	Unidade	16.696	5.480
Armas	Unidade	57	44
Munições	Unidade	1.064	517

Animais Silvestres	Unidade	12	24
Madeira	m ³	90	111
Trabalhador libertado	Unidade	1	-
Veículos recuperados	Unidade	89	104
Veículos fiscalizados	Unidade	307.661	351.034
Flagrantes de Infrações	Unidade	53.922	116.120

(Fonte: Relatório Operacional Diário – Rod)

Foram adquiridos diversos veículos e equipamentos que serão distribuídos nas diversas Regionais, que certamente contribuirão para melhoria no desempenho dos policiais nas atividades rotineiras, possibilitando que os mesmos trabalhem motivados para o cumprimento da missão institucional da PRF. Reitera-se que as aquisições de veículos são centralizadas no DPRF, sendo o critério de distribuição definido naquele departamento.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos. Em 2007, esta Regional, atendendo as diretrizes emanadas pelo DPRF, alienou 85 (oitenta e cinco) viaturas das 115 (cento e quinze) leiloadas pelo DPRF, na 9ª SRPRF/RS. No exercício de 2007 o DPRF entregou a esta Superintendência 17 veículos, sendo 02 *Blazers*, 11 GM/Astra operacionais, 02 GM/Astras descaracterizados, 02 Ambulâncias *Renault* e 01 Caminhão Prancha *Ford*. Estes veículos, foram distribuídos, conforme critério desta Administração, sendo as Blazers destinadas para a Seção de Policiamento e Fiscalização e outra à 2ª Delegacia (Tubarão), os 02 GM/Astras descaracterizados foram para Gabinete e outro à Seção Administrativa e Financeira, os GM/Astras operacionais foram destinados um ao Núcleo de Operações Especiais-NOE, e dois veículos à 1ª e 2ª Delegacias, respectivamente, e as 3ª, 4ª, 5ª, 6ª 7ª e 8ª Delegacias, receberam um veículo somente. As aquisições de viaturas são realizadas pelo DPRF e neste exercício foram adquiridos 319 veículos operacionais, conforme tabela abaixo, executando 99% do recurso disponibilizado.

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA NO DPRF EM 2007 PARA ENTREGA EM 2008	
Descrição	Quantidade Adquirida

Motos Harley Davidson	100
GM Astra Sedan	31
Ford Focus Sedan	63
GM Blazer	118
Ambulância Ducato	2
Microônibus Unibus	2
Furgão MB Posto Móvel	3
Total	319

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial do DPRF são originárias do extinto DNER, cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido o DPRF, através do plano de obras e reformas, tem construído, reformado e ampliado suas unidades operacionais.

Nesse exercício foram empenhados recursos no valor de R\$ 229.513,16 para a reforma da Sede da Regional, porém devido a discordâncias técnicas e ao término do prazo de validade da proposta, não foi possível contratar a licitação. Espera-se para 2008, a retomada da licitação, haja vista o estado caótico em que se encontram as instalações.

Em 2007, em virtude de crédito extraordinário, foi sinalizado pelo DPRF a disposição de descentralizar R\$ 300.000,00 para licitar reformas de 18 (dezoito) postos para a 8ª SRPRF/SC, no entanto, em virtude do tempo exíguo e a falta de pessoal na Seção Administrativa e Financeira para realização da instrução processual de reforma dos Postos, o processo n. 08.666.011.215/2007-19, retornou do Núcleo de Assessoramento Jurídico- NAJ, para saneamento processual. Com a exiguidade temporal e a falta de pessoal para atuar nas duas frentes de trabalho: realizar as licitações de fim do exercício ou/ realizar o saneamento processual requerido pelo NAJ-FNS/CGU/AGU, a administração decidiu pelo primeiro e postergou a Reforma dos Postos. Há que ressaltar, que no exercício de 2008, após a reabertura dos créditos adicionais e extraordinários, esta administração já solicitou o montante sugerido anteriormente e hoje já estão em andamento as tratativas para reformas dos Postos, conforme compromisso do DPRF.

Dessa forma, foram realizados em 2007, somente reformas de pequeno valor, haja vista que os recursos para atendimento dessa demanda, somente foram disponibilizados no fim do exercício, sem que houvesse meios

técnicos para realizá-los. Foram reformados parcialmente os postos de Itapema, Blumenau e a 6ª Delegacia/Mafra.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do departamento.

O ano de 2007 ficará marcado pelo início do projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, com a aquisição de 1.000 computadores de mão (PDA's), com acesso a internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública (Renainf, Infoseg), o que possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração. Nesse contexto a 8ª SRPRF/SC, foi contemplada com 56 (cinquenta e seis) coletores de dados e 30 (trinta) impressoras térmicas.

Ainda em 2007, o DPRF adquiriu diversos equipamentos de informática, tais como, impressoras a *laser*, *nobreak's*, computadores, servidores de rede, entre outros, além de aquisição de rádios portáteis e móveis, renovando o parque computacional da maioria das superintendências. Sendo que esta regional, nesta licitação foi contemplada somente com um rack

Segue tabela com principais aquisições na área de informática:

PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS EM 2007		
Descrição	Quantidade	Valor Total
Coletor de Dados-PDA	56	245.224,0
Impressora Térmica para coletor de dados	30	73.950,00
<i>Nobreak</i> 7,5 KVA	01	7.995,00
Servidor de Rede	02	7.890,00
Telefone IP	36	10.800,00

A fim de averiguar remotamente o trânsito nas rodovias, foram adquiridas câmeras de monitoramento, que serão instaladas em 15 estados da

federação. Em Santa Catarina serão instaladas câmeras em cinco pontos distintos, sendo quatro pontos de monitoramento, nos postos de Biguaçu, Itapema, Tubarão, Pirabeiraba e o quinto, no Corpo de Motos.

Através destas ações de modernização, a PRF pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

3. Estratégia de atuação

Os principais objetivos definidos para 2007 foram:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;
- Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas.

3.1. Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias

3.1.1. Estratégia: Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos.

Considerando que a presença policial nas rodovias federais auxilia na diminuição do número de acidentes uma vez que o usuários ao avistar a figura do policial ou a viatura operacional reduzem a velocidade, na expectativa de não infringir alguma norma de trânsito.

Visando a permanência máxima possível de viaturas policiais nas rodovias, utilizou-se o expediente do cartão programa que é um itinerário dos pontos estratégicos em que o policial da escala deve estar posicionado ou em ronda com a viatura. O planejamento do cartão programa é feito pelo Chefe da Delegacia que por meio de relatórios do sistema Datatran, que aponta os trechos e horários mais críticos de acidentes de trânsito.

3.1.1.1.Dificuldades:

3.1.1.1.1.Falta de efetivo:

Diversos postos possuem apenas dois policiais de plantão, o que para as atividades normais e atendimento de ocorrências no decorrer do plantão já representam um efetivo deveras deficitário. A recomendação que se tem é que o policial não deve realizar qualquer trabalho sozinho. Isso para garantir a sua integridade física e a segurança da ocorrência.

Para tanto, o cumprimento do cartão programa deixa de ocorrer nos casos em que há necessidade da presença dos dois únicos policiais para

atendimento de outra situação. Não ignoramos o fato de que por inúmeras vezes o policial desloca-se sozinho, pois o outro desloca-se para outra ocorrência ou permanece no posto para garantir o atendimento ao público e/ou receber chamados de emergência.

Outro aspecto negativo para o cumprimento dessa estratégia seria a grande quilometragem que cada Posto da PRF é responsável em patrulhar. Alguns postos tem mais de 300 km de circunscrição, enquanto o ideal seria no máximo 100 km. Com essa quilometragem reduzida o deslocamento do policial para atendimento de algum chamado seria abreviado e assim o seu retorno também seria mais rápido permitindo assim a otimização do tempo de trabalho e a realização de mais rondas e fiscalização.

Hoje em dia, além das inúmeras competências dos policiais rodoviários na operacionalidade como: atendimento de acidente, auxílio a usuário, fiscalização, aplicação de multas de trânsito, apreensão de armas, drogas e demais materiais, detenção de pessoas; cabe a ele também todo o trabalho administrativo que a função requer como: digitação de multas, elaboração do boletim de acidente, a digitação do boletim de acidente no sistema, relatório diário das atividades do posto PRF e das viaturas, atendimento aos usuários, recebimento de recursos de multas, liberação de veículos retidos entre outros. Todos os serviços devem ser realizados em cada plantão conforme a demanda apresentada em cada dia de trabalho e em dois policiais o tempo é exíguo.

Outro fator importante é que diversos policiais exercem as atividades da área meio (administrativa) para suprir a deficiência de pessoal para tanto. O quadro de pessoal da área administrativa também encontra-se totalmente deficitário, necessitando de mais servidores para dar conta dos trabalhos. Esses policiais deixam de estar na pista (rodovia) exercendo as atividades as quais foram treinados, para exercerem atividades de caráter administrativo para garantir a continuidade dos trabalhos na área operacional.

Foi criado em todas as Regionais o Corpo de Motociclistas que conta com um efetivo treinado no regime de escala para ajudar no policiamento e fiscalização das rodovias federais. É de grande valia, uma vez que praticam serviços de ronda constante principalmente na região metropolitana de Florianópolis/SC, sem contar o apoio em operações especiais, trabalhos de escolta e batedor.

3.1.1.1.2.. Recursos insuficientes para manutenção de viaturas:

Essa Regional apresentava diversas viaturas paradas devido a necessidade de manutenção sem ter no entanto orçamento para atendê-las. No decorrer do ano enfrentamos diversas situações delicadas, quando da necessidade urgente de reparos em viaturas para garantir a continuidade mínima dos trabalhos dessa instituição, sem no entanto conseguirmos recursos para manteni-las. O orçamento é centralizado no DPRF, que tem a competência de descentralizar os recursos às Regionais. No fim de 2007, houve reforço de recursos orçamentários para esta regional afim de manter a frota, adequando-a aos padrões de segurança e dirigibilidade.

3.1.1.1.3. Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas

A redução dos acidentes encontra-se prejudicada nesse programa quando a questão é acidentes em trechos urbanos. Observa-se que diversos acidentes são de atropelamento ocorridos quando o pedestre de forma imprudente atravessa a rodovia sem atenção ou sem a utilização das passarelas. Não há a regulamentação quanto a conduta irregular do pedestre. Então, o cartão programa apresenta-se inoperante quando diz respeito aos acidentes com pedestres.

3.1.2. Estratégia: Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito. Com a aplicação da multa, o usuário verifica que a sua infração foi detectada e conseqüentemente punida. Isso faz com que os usuários reduzam a velocidade tendo a expectativa de encontrar radares ao longo da rodovia e terem a garantia da punibilidade caso infringam a lei.

3.2.Reforço nas ações de combate à criminalidade

3.2.1. Estratégia: Capacitar mais policiais nas ações de combate a criminalidade

A capacidade do policial na resolução correta de problemas, lhe traz

mais segurança e proporciona-lhe satisfação no desempenho de suas funções. Baseado nisso a PRF tem trabalhado para permitir a constante capacitação de policiais nas ações de combate a criminalidade e demais áreas. Esses treinamentos são realizados por instrutores PRF's que repassam o ensinamento ao policiais mais novos na atividade e requalificam os antigos.

Em 2007, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o curso de combate ao crime ministrado para os 500 policiais que participaram da segurança dos Jogos Pan-Americanos.

3.3. Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

3.3.1. Estratégia: Reforma de postos de fiscalização e Construção da Sede do DPRF

Objetivando a criação de ambientes de trabalho melhores em termos organizacionais e mesmo do aspecto físico buscou-se recursos junto ao DPRF para reformas de postos, delegacias e a Sede da 8ª SPRF/SC. Alguns postos distribuídos pelo estado encontram-se em situações lamentáveis de espaço físico, degradação pelo tempo e operacionalidade. Os policiais para poderem trabalhar em determinadas situações reúnem esforços para remediar a situação calamitosa afim de exercerem suas funções no mínimo de salubridade.

A Sede dessa Regional apresenta graves problemas estruturais, hidráulicos e elétricos já detectados por comissões de policiais engenheiros civis e eletricitas. A Sede teve uma sobrecarga de energia em setembro de 2007 e com isso, vários pontos no prédio estão sem energia.

Em 2007 havia processo para reforma da Sede, que chegou a fase de Empenho, tendo sido liberado orçamento no valor de R\$ 229.513,16 (Duzentos e vinte e nove mil, quinhentos e treze reais e dezesseis centavos), no entanto a obra não foi realizada por desistência da contratada.

3.3.1.1. Dificuldades:

3.3.1.1.1. Recursos ordinários insuficientes para atender as várias necessidades de reformas:

Por diversas vezes foi pleiteado junto ao DPRF, recursos para atender

as reformas e reparos nas Unidades dessa Regional. Por falta de recursos o repasse não pode ser efetuado a contento, hoje a demanda é muito elevada se levarmos em conta que a maioria de nossas unidades necessitam de reformas.

3.3.2. Estratégia: Substituição de viaturas obsoletas

Esta Regional, bem como as demais Regionais, tem em sua frota de viaturas com quilometragens muito elevadas, muito tempo de uso, o que as tornam impróprias para o trabalho pois os custos para manutenção tornam-se elevados.

Considerando que as viaturas são o principal instrumento de trabalho da Polícia Rodoviária Federal, a renovação da frota deveria ser realizada com a idade máxima de quatro anos para cada viatura, pois são veículos que percorrem inúmeros quilômetros diariamente, com diversidade de motoristas, cada um com perfil próprio de dirigibilidade, o que contribui para prejudicar ainda mais o estado de conservação do veículo.

Objetivando a renovação da frota foi realizado em 19 de dezembro de 2007 o leilão de 85 (oitenta e cinco) veículos oficiais. Esses veículos já não tinham mais condições de rodar por motivo de segurança e por motivos de economicidade, dessa forma cumprindo orientações da administração, tendo em vista o alto custo de manutenção, forma alienadas no Leilão promovido pelo DPRF na 9ª SRPRF/RS.

3.3.2.1. Dificuldades:

3.3.2.1.1. Recursos insuficientes

Mais uma vez, a escassez de recursos é determinante no insucesso da efetivação dessa estratégia. Haja vista os recursos econômicos serem escassos e por muito tempo houve falta de investimentos nesta área na medida ideal do atendimento.

3.3.3.: Melhorar a segurança nos Centros de Processamento de Dados

Buscando a economicidade das comunicações e permitindo uma maior integração entre a Sede e Delegacias do estado, adquiriu-se 36 (trinta e seis) telefones VOIP e duas placas de rede para permitir a transferência de voz pelo

sistema de comunicação.

Com a instalação desses equipamentos as ligações entre as unidades referidas acima são realizadas sem custos.

4.Gestão de programas e ações

4.1 Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais

4.1.1. Dados Gerais

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores	ou Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
Parâmetros Utilizados	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

4.1.2. Principais Ações

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF

4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

4.1.3. Gestão das Ações

4.1.3.1 AÇÃO: 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

4.1.3.1.1. Dados Gerais da Ação:

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Policia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Policia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas á formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico.
Unidade responsável pelas decisões	DPRF

estratégicas	
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Neemias Gonçalves de Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local	Núria Palomero Machado

4.1.3.1.2. Resultados:

Nessa ação foram pagos os valores correspondentes a:

- Pagamento de diárias para capacitação de Policiais Rodoviários Federais. *
- Pagamento de passagens para deslocamento para capacitação do PRF. **

Essa ação proporciona ao policial uma melhoria considerável na sua capacidade de lidar com as diversas atividades por ele desempenhadas. Permite-lhe atuar de forma mais segura e certa garantindo assim maior satisfação no desempenho das diversas demandas que o serviço requer. O servidor capacitado e estimulado por meio de cursos realiza seu trabalho de forma mais eficiente e assim contribuindo para o objetivo deste programa.

4.1.3.2. AÇÃO: 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

4.1.3.2.1. Dados Gerais da Ação:

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

<p>Descrição</p>	<p>Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros.</p> <p>Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).</p>
<p>Unidade responsável</p>	<p>DPRF</p>

pelas decisões estratégicas	
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local	Luis Carlos Padilha

4.1.3.2.2. Resultados:

Foram despendidos para essa ação no exercício de 2007, os seguintes valores:

- Diárias com diárias operacionais, ou seja, deslocamento de PRFs para cumprimento de Operações (Ordens de Serviços) totalizando o valor de R\$ 104.898,46 (Cento e quatro mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos);*
- Foi pago, em passagens e locomoção, o valor total de R\$ 2.281,97 (Dois mil, duzentos e oitenta e um reais e noventa e sete centavos).**

Nessa ação busca-se a diminuição do número de acidentes, de feridos e de mortos nas rodovias federais. Como não há metas físicas estabelecidas para tal, elaboramos planilha contendo comparativo percentual do número de acidentes, feridos e mortos do ano de 2007 em relação ao ano de 2006 nas rodovias federais do estado, conforme segue:

INDICADOR	2006	2007	PERCENTUAL
ACIDENTES	12.700	14.365	Aumento de 13%
FERIDOS	7.889	9.163	Aumento de 16%
MORTOS	545	593	Aumento de 9%

É notório o aumento tanto do número de acidentes, como o de feridos e

mortos, no entanto deve-se levar em consideração que há considerável aumento do número de veículos automotores trafegando nas rodovias federais por todo o país. Em contrapartida não há aumento proporcional do número de Policiais Rodoviários Federais para suprir o aumento constante da demanda. O que acontece, entretanto, é justamente o inverso, ou seja, o tráfego de veículos aumentando e o número de policias diminuindo por motivo de aposentadorias e afastamentos devido a problemas de saúde, tendo em vista que a sobrecarga e características das atividades são desgastantes.

4.1.3.3. AÇÃO: 2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

4.1.3.3.1. Dados Gerais da Ação:

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência

Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local	Tarcísio Floriano da Silva Junior

4.1.3.3.2. Resultados:

Foram gastos em 2007:

- Diárias para deslocamento de servidores para trabalhos relacionados à inteligência, no valor total de R\$ 7.041,31 (Sete mil e quarenta e um reais e trinta e um centavos)*;
- Pagamento de passagens e deslocamentos para servidores no desempenho de trabalhos de inteligência no valor total de R\$ 1.887,85 (Hum mil, oitocentos e oitenta e sete reais e oitenta e cinco centavos)**;

Os trabalhos de inteligência são importantes, pois embasam a dão parâmetros para a atuação da PRF nas rodovias federais no que diz respeito ao trânsito e à criminalidade. Por meio desse trabalho realizado, diversos crimes foram detectados e combatidos tendo em vista o trabalho inicial da inteligência e posteriormente o combate pela área operacional.

O Núcleo de Inteligência sofre com os problemas de falta de equipamentos para a realização de um trabalho mais eficiente e completo. O Núcleo encontra dificuldades em garantir a segurança orgânica das edificações e servidores dessa Regional tendo em vista a fragilidade das instalações uma vez que essa instituição é órgão de segurança pública. Os problemas devem-se a falta de recurso para a reforma de nossas Unidades, as quais já incluíam todo um projeto de segurança orgânica.

4.1.3.4. AÇÃO:2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

4.1.3.4.1. Dados Gerais da Ação:

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO SILVA DO NASCIMENTO
Responsável pela execução da ação no nível local	Luis Carlos Padilha

4.1.3.4.2.Resultados:

Foram realizados a aferição de 13 (treze) radares de velocidade junto ao INMETRO no valor de R\$ 12.168,00. Essa aferição tem validade de 1(um) ano e é essencial para que os meios de fiscalização de velocidade utilizados pela PRF sejam realmente válidos e tenham a eficácia esperada sem ensejar recursos de multas de trânsito referentes a esse fator.

Com a atuação dos radares nas rodovias federais do estado, dezenas de milhares de usuários foram notificados por ultrapassarem o limite de velocidade determinado pelo rodovia. Esse trabalho deixa ao usuário a observância e respeito aos limites de velocidade tendo em vista a garantia da sua punibilidade.

Não existem metas físicas definidas para essa ação, então procuramos fazer um comparativo do percentual de notificações de autuação emitidas pelo uso do radares, tanto portáteis como fotográficos emitidas em 2007 em relação a 2006, como segue:

2006	2007	PERCENTUAL
20.826	59.635	Aumento de 186 %

4.1.3.5. AÇÃO: 2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF

4.1.3.5.1.Dados Gerais da Ação:

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	JANE MARGARETH CIARLINI GOULART DOS SANTOS
Responsável pela execução da ação no nível local	Alexandre Daniel Litran dos Santos

4.1.3.5.2. Resultados:

Para garantir os trabalhos relacionados à preservação da saúde psicossocial do Policial Rodoviário Federal foram realizados:

- Contratação de pessoa para prestação de serviços para desenvolvimento de ações sobre a saúde do servidor no valor de R\$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais). Realizado *Workshop* na Sede da 8ª SRPRF/SC;
- Diárias para os PRFs de todo o estado comparecerem ao *Workshop* referido acima. Para tanto o total dos dispêndios orçou R\$ 2.236,80 (Dois mil, duzentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).*

4.1.3.6. AÇÃO: 4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

4.1.3.6.1. Dados Gerais da Ação:

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento

	pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA
Responsável pela execução da ação no nível local	Elzário Rabelo

4.1.3.6.2. Resultados:

Foram gastos em 2007:

- Aquisição de materiais de consumo como: materiais de APH, materiais hospitalares e materiais de primeiros socorros, no valor total de R\$ 13.588,87 (Treze mil, quinhentos e oitenta e oitenta reais e oitenta e sete centavos). Esses materiais foram usados para equipar nossas viaturas de resgate e também utilizados para a realização de operações que visaram a realização de um levantamento sobre a saúde dos motoristas profissionais, principalmente caminhoneiros. O resultado desta operação realizada por todo estado e a nível nacional, demonstrou a fragilidade e os problemas de saúde da maioria dos motoristas brasileiros;

4.1.3.7. AÇÃO: 4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e

Rodovias Federais

4.1.3.7.1 Dados Gerais da Ação:

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Combate ao Crime/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela	Evaldo Luiz Eltermann Ribeiro

execução da ação no nível local

4.1.3.7.2. Resultados:

Gastos com:

- Diárias a PRFs para realização e cumprimento de ordens de serviços de operações pelo estado e país no valor total de R\$ 10.145,42 (Dez mil, cento e quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). São diária operacionais*;
- Despesa de pagamento de passagens e locomoção para deslocamentos em atendimento ao exposto acima no valor total de R\$ 1.110,00 (Hum mil, cento e dez reais)**.

4.1.3.8. AÇÃO: 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

4.1.3.8.1 Dados Gerais da Ação:

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou	Coordenação de Ensino

execução	
Coordenador nacional da ação	NEEMIAS GONÇALVES DE CARVALHO
Responsável pela execução da ação no nível local	Núria Palomero Machado

Resultados:

Pagamentos de:

- Diárias no valor de R\$ 4.826,23 (Quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e vinte e três centavos) para deslocamento objetivando a capacitação do servidor público como um todo e não especificamente ao Policial Rodoviário Federal, como na ação 2524 desse programa*.
- Passagens e locomoção dos servidores públicos para a realização de cursos conforme ação específica no valor geral de R\$ 2.369,22 (Dois mil, trezentos e sessenta e nove reais e vinte e dois centavos)**;
- Despesas com inscrição em 4 (quatro) servidores no curso: IV Semana Executiva Orçamentária e Financeira e a inscrição de 2 (dois) servidores no curso de Pregoeiro, totalizando o valor de R\$ 1.240,00 (Hum mil, duzentos e quarenta reais).

Os cursos realizados nessa ação destinaram-se para a capacitação dos servidores atuantes da área administrativa, objetivando um maior conhecimento e a realização de um trabalho mais eficaz e ágil para atender a grande demanda da parte operacional que está trabalhando nas rodovias federais de todo o estado.

* Alguns deslocamentos iniciaram no domingo, tendo em vista o início dos trabalhos no destino iniciaram às 8h de segunda-feira e alguns retornos no sábado, quando da impossibilidade de retorno na sexta-feira tendo em vista o fim dos trabalhos em hora adiantada daquele dia e por insucesso de compra de passagem aérea na mesma data. Deslocamentos que se iniciavam em sexta-feira ou sábado ou que incluíam o fim de semana estão devidamente justificados com documento em anexo à proposta de concessão de diária-PCD.

** Na compra de passagem aérea essa Regional priorizou sempre o menor custo. Procurou-se a economicidade, buscando a passagem com companhia que a oferecia menor custo. Nos casos em que o evento (motivo do deslocamento) acabava no final da tarde e o seu retorno à Regional se tornaria menos oneroso no próximo dia, já considerando a diária e passagem, essa Regional, assim o fez.

4.2 Programa 0750 – Apoio Administrativo

4.2.1.Dados Gerais

Tipo de Programa	Apoio Administrativo
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não existe
Gerente Executivo	Não existe
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	Não existe
Público Alvo	Governo

4.2.2. Principais Ações

2000 Administração da Unidade

4.2.3. Gestão das Ações

4.2.3.1. AÇÃO:2000 Administração da Unidade

4.2.3.1.1.Dados Gerais da Ação:

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Responsável pela execução da ação no	Nadja Claudia Lopez Vianna

4.2.3.1.2. Resultados:

Foram empenhados e liquidados créditos, no valor de R\$ 3.326.775,42 (Três milhões, trezentos e vinte e seis mil, setecentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), valores correspondentes à:

- Contratação de 53 estagiários para as bolsas de estágios existentes nessa Regional, sendo 41 de nível médio e 12 de nível superior, totalizando o valor de R\$ 74.724,84 (Setenta e quatro mil, setecentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos) no exercício 2007, com vistas a atenuar as dificuldades relacionadas com pessoal, sendo que foram efetivamente contratos no fim de 2007..
- Diárias administrativas no valor de R\$ 57.953,68 (Cinquenta e sete mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos) e diárias de Corregedoria no valor de R\$ 52.560,18 (Cinquenta e dois mil, quinhentos e sessenta reais e dezoito centavos). Totalizando o valor de R\$ 110.513,86 (Cento e dez mil, quinhentos e treze reais e oitenta e seis centavos) nessa ação. As diárias foram pagas aos servidores em viagens a trabalho por todo o país. Alguns deslocamentos iniciaram no domingo, tendo em vista o início dos trabalhos no destino iniciaram às 8h de segunda-feira e alguns retornos no sábado, quando da impossibilidade de retorno na sexta-feira tendo em vista o findo dos trabalhos em hora adiantada daquele dia e por insucesso de compra de passagem aérea na mesma data. Deslocamentos que se iniciavam em sexta-feira ou sábado ou que incluíam o fim de semana estão devidamente justificados com documento em anexo à Proposta de Concessão de Diárias.
- Com passagens, essa Regional, para viagens em caráter administrativo, despendeu o valor de R\$ 23.091,32 (Vinte e três mil e noventa e um reais e trinta e dois centavos), na área de corregedoria no valor de R\$ 5.765,78 (Cinco mil, setecentos e sessenta e cinco reais e setenta e oito centavos), na área operacional no valor de R\$ 2.272,12 (Dois mil, duzentos e setenta e dois reais e doze centavos) e mais R\$ 2.765,38 (Dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos) na área de capacitação,

totalizando, nessa ação, o valor de R\$ 33.891,60 (Trinta e três mil, oitocentos e noventa e um reais e sessenta centavos). Na compra de passagem aérea descentraliza para essa Regional foi priorizado sempre o menor custo. Procurou-se a economicidade, buscando a passagem com companhia que a oferecia sempre o menor preço. Nos casos em que o evento (motivo do deslocamento) encerrava-se ao final da tarde e o seu retorno à Regional se tornaria mais barato no próximo dia, já considerando a diária e passagem, essa Regional, assim o fez;

- Nessa ação foram comprados materiais de consumo no valor total de R\$ 209.451,49 (Duzentos e nove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos);
- Locação de mão-de-obra para os serviços de Apoio Administrativos, foi despendido o valor de R\$ 256.704,29 (duzentos e cinquenta e seis mil, setecentos e quatro reais e vinte e nove centavos), referente ao contrato 04/2005 para contratação de 2 (duas) telefonistas, 2 (duas) recepcionistas, 1 (um) *office-boy* e 12 (doze) digitadores, responsáveis pela digitação de multas. Os serviços de limpeza custaram R\$ 751.331,79 (setecentos e cinquenta e um mil, trezentos e trinta e um reais e setenta e nove centavos) conforme contrato 09/2005 para a limpeza da Sede, Delegacias e Postos. A contratação dos serviços de vigilância conforme contrato 012/2006 junto a empresa Sul Brasil responsável pela segurança da Sede, Divisão de Operações Aéreas, Central de Informações Operacionais e 1ª Delegacia de São José no valor de R\$ 332.926,56 (Trezentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos). Contratou-se serviços de vigilância nas demais Delegacias, a empresa Ondrepsb, conforme contrato 013/2006 e pago, em 2007, o valor de R\$ 485.906,40 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e seis reais e quarenta centavos).
- Outros serviços de terceiros no valor total de R\$ 844.703,45 (Oitocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e três reais e quarenta e cinco centavos). Desse valor foram gastos em 2007 com pagamento de multas de trânsito, contrato com os Correios (selo, malote, sedex), contrato de manutenção de copiadoras da Regional, locação de Hangar para o helicóptero da Regional, pagamento de taxas de seguro DPVAT de

veículos oficiais, assinatura de periódico (jornal Diário Catarinense), taxa administrativa de contratação dos serviços de empresa especializada no oferecimento de bolsas de estágio, entre outros serviços de manutenção e consertos dessa Regional, totalizando o valor de R\$ 290.929,96 (Duzentos e noventa mil, novecentos e vinte e nove e noventa e seis centavos). Contratação dos serviços de fornecimento de energia elétrica e de água em todas as Unidades da 8ª SRPRF/SC, com pagamento mensal de faturas que totalizaram no ano de 2007 o valor de R\$ 325.234,65 (Trezentos e vinte e cinco mil, duzentos e trinta e quatro reais e sessenta e cinco centavos). Fechando o valor total exposto acima, foram pagos os serviços de telefonia fixa com a empresa Brasil Telecom e telefonia móvel com a empresa TIM S/A, no valor de R\$ 228.538,84 (Duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e trinta e oito reais e oitenta e quatro centavos);

- Obrigações tributárias e contributivas no valor de R\$ 29.620,11 que refere-se ao pagamento de taxas como COSIP/CIP (taxas de iluminação pública) no valor total pago em 2007 de R\$ 19.336,67 (dezenove mil, trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos) e despesas com licenciamento de veículos oficiais no valor de R\$ 10.283,44 (Dez mil, duzentos e oitenta e três reais e quarenta e quatro centavos);
- Indenizações e restituições no valor de R\$ 13.104,78 (Treze mil, cento e quatro reais e setenta e oito centavos) referente ao pagamento de ajuda de custo ao PRF Daniel Guimarães, matrícula 1070945 que foi removida ex-officio para a 14ª SRPRF/Paraíba, conforme portaria nº 1503/2007/CGRH/DPRF de 22/10/2007;
- Serviços de publicação. Sendo gasto em 2007 o valor de R\$ 39.411,28 (Trinta e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte e oito centavos) referente a publicação de avisos, editais e extratos. Foi pago o valor de R\$ 33.229,64 à Radiobrás, ou seja, publicação em jornal de grande circulação, sendo o valor de R\$ 18.331,04 (Dezoito mil, trezentos e trinta e um reais e quatro centavos) em publicações de editais e avisos administrativos e o valor de R\$ 14.898,60 (Quatorze mil, oitocentos e noventa e oito reais e sessenta centavos) em publicações referente a leilão de veículos retidos, apreendidos e abandonados em toda a circunscrição da 8ª SRPRF/SC e leilão de veículos oficiais.

- Aquisição de 5 (cinco) condicionadores de ar para a Sede da 8ª SRPRF/SC, totalizando o valor de R\$ 7.875,00 (Sete mil, oitocentos e setenta e cinco reais).
- Aquisição de 1 (um) balcão de atendimento para a 3ª Delegacia da PRF em Joinville/SC, no valor de R\$ 3.490,00 (Três mil, quatrocentos e noventa reais) necessário para melhor atender o público externo.
- Aquisição de 1 (um) gravador de DVD no valor de R\$ 352,00 (Trezentos e cinquenta e dois reais) destinado ao Núcleo de Comunicação Social da 8ª SRPRF/SC para que possam continuar a gravar os programas jornalísticos e matérias de interesse em DVD e não mais em modo VHS como era feito até então.
- Aquisição de 1 (uma) filmadora no valor de R\$ 1.648,00 (Hum mil, seiscentos e quarenta e oito reais) também ao Núcleo de Comunicação Social.
- Aquisição de 1 (um) condicionador de ar tipo Split, no valor de R\$ 1.727,00 (Hum mil, setecentos e vinte e sete reais) para a instalação na sala de servidores devido a problemas no condicionador de ar existente que já não atendia a demanda e que necessitava de conserto cujo valor seria muito elevado.
- Para aquisição de materiais permanentes, esta Regional dispendeu o valor total de R\$ 15.092,00 (Quinze mil e noventa e dois reais).
- Realizamos em 2007 o pagamento de despesa do exercício de 2006, como: serviços de publicação no valor de R\$ 11.859,32 (Onze mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e trinta e dois centavos), sendo despesas com Radiobrás e Imprensa Nacional dos valor de R\$ 6.623,32 (Seis mil, seiscentos e vinte e três reais e trinta e dois centavos) e R\$ 5.236,00 (Cinco mil, duzentos e trinta e seis reais) respectivamente;
- Pago como despesa de exercício anterior o total de R\$ 84.301,01 (Oitenta e quatro mil, trezentos e um reais e um centavo), sendo esses: telefonia fixa referente aos meses de novembro e dezembro de 2006 correspondente a R\$ 34.451,87 (Trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e um reais oitenta e sete centavos), ressarcimento de despesa médica do PRF Mário César Otávio no valor de R\$ 1.099,35 (Hum mil e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos), fatura do contrato de selos

com os Correios referente ao mês de dezembro/2006 no valor de R\$ 2.256,93 (Dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais e noventa e três centavos), pagamento da taxa COSIP de dezembro de 2006 no valor de R\$ 1.531,53 (Hum mil, quinhentos e trinta e um reais e cinquenta e três centavos), pagamento de energia elétrica a CELESC referente os meses de novembro e dezembro de 2006 e Cerpalo referente dezembro de 2006 nos valores de R\$ 40.575,12 (Quarenta mil, quinhentos e setenta e cinco reais e doze centavos) e R\$ 986,17 (Novecentos e oitenta e seis reais e dezessete centavos) respectivamente, ao Correios (malote) referente março de 2006 no valor de R\$ 457,99 (Quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e nove centavos) e pagamento do fornecimento de águas à Águas de Joinville referente aos meses de julho, agosto e novembro de 2005 no valor de R\$ 942,05 (Novecentos e quarenta e dois reais e cinco centavos).

Não é possível fazer um levantamento sobre resultados alcançados, tendo em vista a inexistência de metas físicas e financeiras para essa ação para 2007.

4.3. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

4.3.1. Dados Gerais

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

4.3.2. Principais Ações

1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal
1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

4.3.3. Gestão das Ações

4.3.3.1.AÇÃO:1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

4.3.3.1.1 Dados Gerais da Ação:

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e projeto de Infra-Estrutura

Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local	

4.3.3.1.2. Resultados:

Foram empenhados R\$ 9.206,60 (Nove mil duzentos e seis reais e sessenta centavos) sendo que foram liquidados créditos no valor de R\$ 7.991,76 (Sete mil novecentos e noventa e um reais setenta e seis centavos), valores correspondentes à:

- Reparos no telhado da garagem do posto de Itapema, no valor de R\$ 3.900,00, conforme Nota de Empenho n. 900448;
- Reparos na fossa do posto de Blumenau, sendo um no valor de R\$ 2.370,00 e outro de R\$ 270,00, conforme Notas de Empenhos n. 900295 e 900464, respectivamente;
- Reparos no telhado e vidros da 6ª Delegacia/Mafra, no valor de R\$ 1.451,76, conforme Nota de Empenho n. 901018.

A demanda por reforma nas instalações da Regional é enorme, se considerarmos que estamos lotados em instalações cedidas pelo extinto DNER, que remontam os anos 70, que a dificuldade para manteni-las decorrem de fatores diversos, tais como: a escassez de recursos, a falta de pessoal especializado para o desempenho da função, afinal como foi relatado no capítulo 2, temos efetivo concursado exclusivamente para a função de Policial Rodoviário Federal e no decorrer dos anos, o uso e as intempéries do tempo foram degradando as instalações, que hoje não atendem as necessidades de logística e infra-estrutura.

A gestão da 8ª Superintendência, como já foi dito anteriormente, é muito restrita, haja vista não tratar-se de unidade administrativa autônoma, toda e qualquer ação deve ter amparo no DPRF e não há que se falar em gestão, sem preliminarmente observar as diretrizes do Órgão Centralizador.

Como trabalhamos no limiar das necessidades, o que foi executado foi reflexo da extrema necessidade, portanto as ações refletiram a premente demanda de sanear o irremediável, como se observa pelas ações executadas.

No exercício anterior, houve ainda determinação desta Administração

em licitar a reforma do Edifício Sede da Regional, porém como estamos instalados conjuntamente com outro órgão (Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM) não houve acordo em tempo hábil para a contratação da Obra, tendo sido emitida Nota de Empenho para a referida contratação, sendo que a empresa vencedora da licitação manifestou-se pela impossibilidade da realização do objeto licitado, tendo em vista o término da validade da proposta. Nota-se mais uma vez a questão do efetivo, prejudicando a gestão da administração.

O indicador de desempenho para este Programa é o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas – Pretende-se mensurar a % de postos com a estrutura física, de Tecnologias da Informação e de Transporte adequado (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $Iadq = (\text{Unidades Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$.

100.

	POSTOS ADEQUADOS FISICAMENTE					POSTOS ADEQUADOS QUANTO A TI				POSTOS COM VIATURAS ADEQUADAS		
	ESPAÇO FÍSICO	ASPECTO EXTERNO	INSTALAÇÕES	INFRA-ESTR	SOMA PONTOS / 4	EQUIP. INFORMÁTICA	REDE DPRF/INTERNET	SISTEMA DE RÁDIO	SOMA PONTOS / 3	QUANTIDADE SUFICIENTE?	IDADE ADEQUADA?	SOMA PONTOS / 2
1ª DELEGACIA – São José												
POSTO 1/1 - Biguaçu	1	0	0	0	0,25	1	1	0	0,67	0	0	0
POSTO 2/1 – Palhoça	0	1	0	0	0,25	0	1	1	0,67	0	0	0
POSTO 3/1 - Itapema	1	1	0	0	0,50	1	1	0	0,67	0	0	0
POSTO 4/1 – Rancho Quilombo	1	1	0	1	0,75	1	1	0	0,67	1	0	0,5
2ª DELEGACIA – Tubarão												
POSTO 1/2 – Tubarão	0	0	0	1	0,25	0	1	1	0,67	1	0	0,5
POSTO 2/2 – Araranguá	1	1	1	1	1,00	0	1	1	0,67	1	0	0,5
POSTO 3/4 – Paulo Lopes	0	0	1	1	0,50	1	1	1	1,00	1	0	0,5
3ª DELEGACIA – Joinville												
POSTO 1/3 – Pirabeiraba	1	1	0	1	0,75	1	1	1	1,00	1	0	0,5
POSTO 2/3 – Barra Velha	1	1	0	1	0,75	1	1	1	1,00	1	0	0,5
POSTO 3/3 – Guaramirim	0	0	0	1	0,25	1	1	1	1,00	1	0	0,5
POSTO 4/3 – São Francisco do Sul	1	0	1	1	0,75	1	0	1	0,67	1	0	0,5
4ª DELEGACIA – Rio do Sul												
POSTO 1/4 – Blumenau	0	0	0	0	0,00	1	1	0	0,67	1	0	0,5
POSTO 2/4 – Rio do Sul	1	1	1	1	1,00	0	1	0	0,33	1	0	0,5
5ª DELEGACIA – Lages												
POSTO 1/5 – Lages	0	0	0	0	0,00	1	1	1	1,00	1	0	0,5
POSTO 2/5 – Vacas Gordas	0	0	0	0	0,00	1	1	1	1,00	1	0	0,5
POSTO 3/5 – Ponte Alta	0	0	0	0	0,00	1	1	1	1,00	1	0	0,5
6ª DELEGACIA – Mafra												
POSTO 1/6 – Mafra	0	0	0	0	0,00	1	1	1	1,00	1	1	1
POSTO 2/6 – Santa Cecília	1	1	1	1	1,00	1	1	1	1,00	0	0	0
POSTO 3/6 – Rio Negrinho	0	0	1	1	0,50	1	1	1	1,00	1	1	0
7ª DELEGACIA – Joaçaba												
POSTO 1/7 – Campos Novos	0	0	0	0	0,00	1	1	0	0,67	1	0	0,5
POSTO 2/7 – Vargem Bonita	0	0	0	0	0,00	1	1	1	1,00	1	0	0,5
POSTO 3/7 – Rio Negrinho	0	0	0	0	0,00	1	1	1	1,00	1	1	1
8ª DELEGACIA – Chapecó												
POSTO 1/8 – Xanxerê	0	0	0	0	0,00	1	1	1	1,00	1	0	0,5
POSTO 2/8 – Maravilha	0	0	0	0	0,00	1	1	1	1,00	1	0	0,5

24 POSTOS

TOTAL DO SUB-INDICADOR	37,50%	33,33%	25,00%	45,83%	35,42%	83,33%	95,83%	75,00%	81,94%	83,33%
------------------------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS	53,70%
--	--------

Ao compararmos o indicadores de 2006 e 2007 ratifica-se o demonstrado até o momento, apesar dos esforços empreendidos, não se obteve melhorias significativas, tendo em vista que o indicador de desempenho anterior era de 65,51%, com déficit de 11,81 p.p.

4.3.3.2. AÇÃO:1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação:

4.3.3.2.1. Dados Gerais da Ação:

Tipo da Ação	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição, reforma, instalação e manutenção de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de dados. Aquisição de computadores e demais equipamentos para as unidades operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Manutenção e desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos,

	emissão de autorizações, etc. Aquisição de programas, computadores, servidores e acessórios para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas e das demais áreas. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver sistemas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade Executora	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Administração de Redes
Coordenador nacional da ação	RODNEY LOEFFLER RAMOS PORTILHO
Responsável pela execução da ação no nível local	Lourival da Cunha Borba

4.3.3.2.2. Resultados:

Foram empenhados e liquidados no período R\$ 1.963.999,77 (Um milhão novecentos e sessenta e três mil novecentos e noventa e nove reais setenta e sete centavos), conforme descrição abaixo:

- *Frame Relay*, no valor de R\$ 1.106.270,92 (Um milhão cento e seis mil duzentos e setenta reais e noventa e dois centavos), sendo o custo médio mensal mensal de R\$ 92.000,00 (Noventa e dois mil reais, trata-se de serviço de comunicação de dados;
- Aquisição de duas placas de comunicação, para o Núcleo de Telemática-Nutel, sendo uma no valor de R\$ 6.450,00 (Seis mil quatrocentos e cinquenta reais) e outra no valor de R\$ 1.440,00 (Um mil quatrocentos e quarenta reais) para implantação do *VOIP* (Voz on IP), ou seja a implantação de sistema de telefonia que utiliza a rede de dados (*Frame Relay*) como meio de transmissão de voz, sem custos adicionais. Dessa forma, com a implantação do *VOIP*, a Regional reduz custos com telefonia, a patamares ínfimos e aloca os recursos antes destinados a

telefonias a outros, otimizando os recursos públicos.

- Aquisição de trinta e seis (36) aparelhos de telefones *VOIP*, ao custo de R\$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais), tendo sido distribuídos um aparelho para cada delegacia, posto, Núcleo de Operações Especiais-NOE, Divisão de Operações Aéreas- DOA Base Sul, Corpo de Motos e Central de informações Operacionais-CIOP. Esta aquisição foi realizada por Adesão ao Registro de Preços n. 02/2007, realizado pela 4ª SRPRF/MG, em que foi comprovada a vantajosidade desta Regional em adquirir os telefones naquela licitação, tendo em vista possuírem melhores preços, do que os orçados nesta regional, conforme se verifica nos autos do processo n. 08.666.009.822/2007-26. Esta Administração julgou ser mais vantajoso e econômico para o erário, aderir àquela licitação a prosseguir licitação própria, para atingimento dos mesmos fins, com os custos inerentes a outra licitação, onde já estavam constatados a vantajosidade e economia.

- Aquisição de cinquenta e seis (56) processadores de dados (PDA'S) ao custo de R\$ 245.224,00 e trinta (30) impressoras térmicas, com investimento de R\$ 73.950,00 (Setenta e três mil novecentos e cinquenta e seis reais). Aquisição realizada mediante adesão ao Registro de Preços n.03/2007, realizado pela 4ª SRPRF/MG, em que foi comprovada a vantajosidade desta Regional em adquirir os telefones naquela licitação, tendo em vista terem realizado o Pregão em 21 de junho de 2007, portanto os preços estarem atualizados e esta Regional, 1. Dessa forma atendendo ao princípio da economicidade, não estaria incorrendo nos custos inerentes ao processo administrativo, conforme se verifica nos autos n. 08.666.011.643/2007-41. Saliento que o critério de escolha da quantidade dos bens, foi definido pelo DPRF, tendo em vista o crédito disponível para atendimento da demanda nacional.

- Aquisição de 01 (um) *Nobreak*, para a sala dos servidores, localizada no NUTEL, para manutenção da alimentação do servidor, quando das quedas de energia, no custo de R\$ 7.995,00 (Sete mil novecentos e noventa e cinco reais).

- Aquisição de um (01) Rack para guarda dos servidores, conforme licitação realizada pelo DPRF e empenhada nesta regional no processo n. 08.666.001.276/2007-11, conforme Pregão n. 47/2007 realizado pelo DPRF.

5. Desempenho Operacional:

5.1 Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa:

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas

Programa 0750

Não há indicador

5.2 Nome, descrição e tipo do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame das contas.

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_m = (N^{\circ} \text{ Mortos} / N^{\circ} \text{ Vítimas}) \times 100$, responsável pelo cálculo: CGO

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_a = ((N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1) \times 100$, responsável pelo cálculo: CGO

Obs: As fórmulas dos indicadores do programa 0663, foram readequadas no novo PPA 2008-2011

Programa 1386

Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas – Pretende-se medir a % de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI- Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_{adq} = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$, responsável pelo cálculo : CGPLAM

5.3-ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

PROGRAMA 0663

METAS FÍSICAS: Redução do número de acidentes e mortes em relação à 2006:

TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS EM SC:

Número de Mortos 2006.....545	Número de Mortos 2007.....593
Número Total de Vítimas 2006....8.434	Número Total de Vítimas 2007..... 9.756
$I_m 2006 = (545/8.434) \times 100 = 6,46 \%$	$I_m 2007 = (593/9.756) \times 100 = 6,07\%$

Registrou-se um percentual menor na relação percentual de número de vítimas e número de mortos(no ano anterior foi registrado 8,47). Essa redução se deu em razão do maior investimento em resgate e implementação de convênio com o SAMU/MJ e principalmente, no combate ao excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e embriaguez ao volante, vez que essas condutas levam a maior gravidade nos acidentes. Houve um acréscimo de prisões por crimes de trânsito de 26,23%, bem como aumento de 0,31% no número de veículos fiscalizados (7.038.167) e significativo acréscimo nas fiscalizações eletrônicas e nas autuações, objetivando combater, principalmente, as condutas citadas anteriormente.

TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS EM SC:

Número de Acidentes 200512.419 Número de Acidentes 2006..... 12.700

Número de Acidentes 200612.700 Número de Acidentes 2007..... 14.365

$la = [(12.700/12.419) - 1] \times 100 = 2,26\%$ em 2006

$la = [(14.365/12.700) - 1] \times 100 = 13,11\%$ em 2007

Somente a leitura isolada dos indicadores relativos aos anos de 2006 e 2007 já denotam por si a tragédia que assola o Estado, o crescimento em mais de 10 p.p. no indicador de desempenho relativo a taxa de variação de acidentes nas rodovias federais em Santa Catarina. Ocorre que ao procedermos a análise do indicador relativo a taxa de mortalidade verifica-se que houve decréscimo, portanto infere-se que apesar do encrudescimento na taxa de variação de acidentes nas rodovias federais em SC, houve redução na taxa de mortalidade, o que corrobora o trabalho desenvolvido por esta Superintendência, que apesar das dificuldades principalmente em relação a efetivo, vem se superando no atendimento da sociedade catarinense.

O percentual de aumento registrado considera números absolutos. Não leva, portanto, em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte. Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados. Ressalta-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceram em torno da rodovia e esta tornou-se uma grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos, o que poderia justificar a queda na taxa de mortalidade

Sobre essa possibilidade, já tinha sido lançado um alerta na avaliação do PPA 2004-2007 - Ano Base 2006, cujo texto é abaixo reproduzido:

“Dados levantados pela PRF demonstram que 80% dos acidentes ocorrem em pistas em boas condições de trafegabilidade. Por isso, a preocupação apresentada é pertinente. Para mitigar o problema, faz-se necessário atualizar o efetivo da PRF, atualmente 10.098 vagas com 9.700 preenchidas. Faz-se necessário preencher as vagas legais existentes, bem como anualmente aumentar esse limite. Estudo preliminares da PRF demonstram que o efetivo suficiente para impactar o resultado do programa seria de 20 mil policiais.

Vale ressaltar que, com essa providência seria possível estabelecer meta para reduzir substancialmente o índice de acidentes e não apenas mantê-lo em patamar aceitável considerando a média histórica. A redução do índice de acidente, além da preservação da maior riqueza da Nação - a vida do cidadão - possibilitaria reduzir o impacto econômico dos acidentes. O custo de acidentes em rodovias federais, segundo o estudo do IPEA, passa de 6,5 bilhões de reais por ano. O orçamento total do DPRF/MJ gira em torno de 2 bilhões. A majoração desse orçamento para próximo de 3 bilhões possibilitaria aumentar substancialmente o efetivo e melhorar o custeio e investimento do órgão.

Além da economia quanto aos impactos econômicos dos acidentes, seria produzido outro efeito - aumentar o combate à criminalidade organizada, que se utiliza das rodovias para escoar o produtos de suas ações criminosas. O aumento da ostensividade, conseguida com efetivo maior e em melhores condições quanto a equipamento, viaturas, etc, teria o poder de dar ao cidadão usuário das rodovias, bem como à população linceira, maior sensação de segurança. Isso significa melhor avaliação do órgão junto à opinião pública, bem como confere maior credibilidade ao Governo Federal no sentido de dar o exemplo necessário aos entes federados, quanto à preocupação com a segurança pública e com a qualidade de vida da população.”

Embora tenha sido registrado acréscimo no número de acidentes, vale ressaltar que a média dos últimos quatro anos (2003 a 2006) de acidentes por 10.000 veículos da frota é de 27,2. Em 2007, registrou 24,79 acidentes por 10.000 veículos, perfazendo uma redução de 8,86%. Portanto, não seria razoável considerar números absolutos para avaliar o desempenho do órgão. Esse fato, motivou a mudança da metodologia de aferição para o próximo PPA (2008-2011). Entretanto, reforça-se a observação acima registrada. É necessário dotar o DPRF

dos meios necessários para fazer frente as demandas que o novo cenário econômico tem apresentado.

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas, ao contrabando/descaminho, aos crimes ambientais (apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, os crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos. A 8ª SRPRF/SC, seguindo orientações e determinações do DPRF, em 2007, mapeou os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, notificou todos os seus proprietários e exerce vigilância contínua nas rodovias e estabelecimentos ao longo das rodovias federais do estado.

PROGRAMA 1386

METAS FÍSICAS: 53% dos postos, considerados adequados.

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

% de postos adeq. Fisicamente.....35,42 %

% de postos adeq. quanto à Tecnologia da Informação.....81,94 %

% de postos adeq. quanto a Viaturas.....43,75 %

* Ver tabela referente a Dados Gerais da Ação 1821

$Icaif = (35,42\% + 81,94\% + 43,75\%) / 3 = 53,70\%$

O indicador informa que 53,70% dos postos da PRF estão adequados fisicamente. Houve decréscimo no percentual em 11.8 p.p. em relação à 2006, quando apresentávamos índice de 65,51%.

COMPARATIVO 2006/2007			
Descrição	2006	2007	Diferença

% de postos adeq. Fisicamente	31,25 %	35,42 %	4,165 p.p
% de postos adeq. quanto à Tec. da Inf	98,61%	81,94 %	-16,67 p.p.
% de postos adeq. quanto a Viaturas.	66,67%	43,75 %	-22.92 p.p

No sub-índice % de postos adequados fisicamente, há divergências que devem ser consideradas. Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2006, havia dotação inicial para estas ações no valor de R\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais), em a Em 2007 originalmente na LOA, a dotação nas ações de reforma e de construção de unidades foi em torno de R\$ 2.000.000,00. Tendo havido redução considerável ao ano anterior. No entanto, em virtude do grau de discricionariedade na elaboração do do coeficiente, houve entendimento subjetivo de melhoria, haja vista construção do Posto de Rio do Sul cuja entrega deu-se em 2007, porém a execução da obra foi incluída no exercício de 2006.

Quanto aos fatores que levaram a diminuição do sub-índice % de postos adequados quanto à tecnologia da informação, em relação à 2006, o principal motivo deve-se às restrições orçamentárias. Em 2007 originalmente na LOA 2007, houve a dotação de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais), para aquisição de material permanente, na ação 1835, de modernização dos sistema de Tecnologias da Informação (TI), em 2006, a dotação inicial desta ação, para compra de material permanente era de R\$ 4.350.000,00 (Quatro milhões trezentos e cinquenta mil reais).

O questionário que avalia a adequação dos postos, para se calcular o coeficiente de adequação, está em fase de aprimoramento, no DPRF, a fim de que sejam padronizados os conceitos de todos os avaliadores, sobre o que é considerado um posto adequado na PRF, pois, este critério, ainda é empírico, dependendo do ponto de vista de cada avaliador, o que pode gerar distorções no resultado geral deste coeficiente.

No sub-índice % de postos adequados quanto a viaturas, houve redução de 22 p.p., haja vista a “sensação” de redução de viaturas existentes, devido a baixa

das viaturas anti-econômicas/inservíveis, para alienação no Leilão 2007. Nota-se “sensação” devido ao fato das viaturas apesar de inservíveis, *latu sensu*, efetivamente deixaram de pertencer ao acervo da unidade. Ainda, apesar do recebimento de viaturas, o número de viaturas recebidas é incipiente em relação à demanda da regional.

6. Previdência Complementar Patrocinada: Não há.

7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal: Não há.

8. Operações de fundos: Não há.

9. Conteúdos específicos por UJ ou grupos de unidades afins: Respondido no Anexo D.

Anexo A – Demonstrativo de tomada de contas especiais: Não há.

Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades:

1. Processo n.: 08.666.007.100/2007-20

a) Alexandre Rodrigues da Silva – CPF n. :907.521.719-68

b) Cargo: Policial Rodoviário Federal
Matrícula n.: 1071474

c) O servidor comunicou a Chefia imediata do furto do armamento funcional

d) Pistola marca Taurus modelo .40 PT100, n. de série SQL 57556,
patrimônio n. 330.380

e) Foi realizada consulta junto ao fabricante visando apurar o valor de mercado do bem a ser ressarcido, conforme Instrução Normativa n. 205/88 da SEDAP.

f) O servidor ressarciu o bem, nos termos do artigo 46 da Lei 8.112/90.

g) Valor recolhido R\$ 1.821,00, em 02 parcelas implantado no contra-cheque de outubro de 2007.

2. Processo n.: 08.666.000.145/2005-10

a) Marcos César dos Anjos Barros – CPF n. :372.228.647-68

Daniel Veloso Martins – CPF n.: 053.468.717-21

b) Cargo: Policial Rodoviário Federal

Matrículas n.: 1071450 e 1371254, respectivamente.

c) Os servidores comunicaram à Chefia imediata do desaparecimento do material utilizado em serviço.

d) Lanterna Maglite.

e) Foi realizada consulta junto ao representante visando apurar o valor de mercado do bem a ser ressarcido, haja vista tratar-se de material importado.

f) Os servidores optaram pelo ressarcimento solidário do bem, nos termos do artigo 46 da Lei 8.112/90.

g) Valor recolhido R\$ 1.181,80 em 03 parcelas implantadas nos respectivos contra-cheques a partir de março de 2007.

3. Processo n.: 08.666.003.800/2007-45

a) Geraldo Molleris Reis – CPF n. : 141.279.209-63

b) Cargo: Policial Rodoviário Federal

Matrícula n.: 1069342

c) O servidor comunicou a Chefia imediata do furto de viatura descaracterizada sob sua guarda e posterior sinistro envolvendo o veículo.

d) Viatura VW/Gol de placas LWS-2225.

e) O servidor antecipou-se e realizou a manutenção corretiva por iniciativa própria.

g) O ressarcimento deu-se de forma voluntária, não tendo sido registrado nos autos o valor do ressarcimento e nem os custos envolvidos.

Anexo C – Despesas com cartão corporativo: Não há.

Anexo D – Recomendações de órgãos de controle:

D.1. Tribunal de Contas da União:

Não houve recomendações da Corte.

D.2. Sistema de Controle Interno:

Ofício n. 23513/2007/CGU-R/SC, concernente ao plano de providências do relatório nº 189595.

Plano de Providência, exercício de 2006, concernente ao Relatório de Auditoria n. 189595.

Itens do Relatório de Auditoria:

1.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (025) Bens móveis não localizados, bens móveis não constantes de sistema de controle patrimonial e ausência de termos de responsabilidade.

Com relação a estrutura, foi obtido grande avanço na implantação do Sistema ASI Almojarifado, que otimizou o sistema de controle de almojarifado, sendo que estão em andamento outras ações afim de adequar o atendimento do núcleo a legislação.

Foram procedidos o levantamento e assinatura dos termos de responsabilidade individuais de todos os policiais desta Regional, bem como a emissão e assinatura dos termos de responsabilidade por responsável de todas as delegacias, setores, e núcleos, sendo que a única exceção foi o termo de responsabilidade por responsável da 1ª Delegacia/São José, devido ao número de inconsistências, sendo que já foram tomadas ações para finalização do processo.

Foram incluídos no Sistema Patrimonial da Unidade os bens encontrados pela Comissão Inventariante, sendo que alguns relacionados não são considerados pelo sistema e estão em pesquisa no DPRF.

Foram confrontados os levantamentos das Comissões de Inventários de 2006 e 2007, tendo sido elaborada nova relação de bens não localizados e devido a esse fato, foi constituída Comissão de Saneamento para nova pesquisa junto às unidades desta Regional.

Itens do Relatório de Auditoria:

2.3.1.1 CONSTATAÇÃO: (024) O item 7.5.1.16 do Relatório n.º 174759 da CGU - Tomada de Contas Consolidada do Departamento de Polícia Federal, Exercício 2005 - recomendava à 8ªSRPRF/SC "rever a estrutura e os procedimentos adotados pelo setor responsável pela correição, visando dar a agilidade necessária da análise das denúncias, condução de processos de sindicância, bem como na condução de correspondentes processos administrativos disciplinares".

Foi solicitado ao DPRF cursos para capacitar os servidores da área, o que foi realizado, bem como continuam os esforços para readequar o efetivo à demanda.

Itens do Relatório de Auditoria:

3.2.2.1 CONSTATAÇÃO: (005) Falhas nos controles referentes ao acompanhamento de contratos.

Foi aberto processo n. 08.666.007.642-2007-01 para revisão de todos os contratos de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como instituída Comissão para realização dos trabalhos. Os trabalhos estão em andamento.

Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício:

Como a nossa Unidade Centralizadora é o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, localizado em Brasília/DF, os recursos são recebidos por essa Regional por intermédio daquela Unidade.

O DPRF não possui convênio de despesa vigente, de sorte que inexistem transferências realizadas na forma prevista no item I-1.3 do Anexo X da Decisão Normativa TCU nº 85/2007. Na mesma linha, não possui projetos ou programas financiado com recursos externos ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, nos termos do item 5 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 85/2007. Entretanto, foram verificadas concessões e recebimentos de destaques de outros Órgãos da Administração Pública Federal, conforme detalhamento abaixo.

A 8ª SRPRF/SC recebeu do DPRF o valor de R\$ 19.752,97 (Dezenove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e sete centavos) para custeio de programas não ligados às atribuições fins dessa instituição, ou seja, área operacional. Esse valor está detalhado abaixo:

Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

1. Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões

- Pagamento de auxílio funeral (art. 226 da Lei 8.112/90) ao servidor inativo Danilo Freitas, falecido em 11/03/2007, conforme certidão de óbito nº 41418, no valor de R\$ 6.996,13 (Seis mil, novecentos e noventa e seis reais e treze centavos), processo administrativo nº 08.666.002.707/2007-13;
- Pagamento Pagamento de auxílio funeral (art. 226 da Lei 8.112/90) ao servidor Edson A Rocha, falecido em 10/05/2007, conforme certidão de óbito nº 11149, no valor de R\$ 6.256,84 (Seis mil, duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), processo administrativo nº 08.666.004.248/2007-11;
- Totalizando o valor de R\$ 13.252,97 (Treze mil, duzentos e cinquenta e dois reais e noventa e sete centavos).

Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

1. Ação 0716 - Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos

- Pagamento, no valor de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais) de pensão indenizatória (graciosa) em favor de Ronaldo César Estácio, referente período de setembro a dezembro de 2005, conforme ação 2004.72.00.009320-8, processo administrativo nº 08.666.001.395/2007-21.

Esta Regional recebeu, por intermédio do DPRF, créditos de outros Órgãos no valor de R\$ 602.180,12 (Seiscentos e dois mil, cento e oitenta reais e doze centavos) para custear despesas compartilhadas e previstas em termos de cooperação técnica ou convênios, conforme descrito abaixo:

Programa 0227 – Serviços de Transporte Rodoviário

1. Ação 2346 - Fiscalização dos Serviços de Transporte

São atividades desempenhadas exclusivamente em operações de fiscalização a veículos de transporte de produtos perigosos e transporte de passageiros, conforme convênios nº 004/2001, nº 010/2004 e nº 004/2006 entre o DPRF e a ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre). O recurso dessa ação e programa são oriundos da ANTT.

- Pagamento de diárias no valor de R\$ 68.103,92 (Sessenta e oito mil, cento e três reais e noventa e dois centavos)(*);
- Pagamento de passagens no valor de R\$ 32.029,40 (Trinta e dois mil e vinte nove reais e quarenta centavos)(**).

2. Ação 2347- Fiscalização dos Serviços de Transporte

- Pagamento de diárias no valor de R\$ 27.391,40 (Vinte e sete mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta centavos)(*);
- Pagamento de passagens no valor de R\$ 4.619,38 (Quatro mil, seiscentos e dezenove reais e trinta e oito centavos)(**).

Programa 1127 – Sistema Único de Segurança Pública

Para o desempenho desse programa, utilizou-se recursos oriundos da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) para atuação dos Policiais Rodoviários Federais nos jogos Pan Americanos realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, conforme convênio com o DPRF.

1. Ação 1F63 - Ações Preventivas Associadas à Segurança

- Pagamento de diárias no valor de R\$ 140.286,09 (Cento e quarenta mil, duzentos e oitenta e seis reais e nove centavos)(*);

2. Ação 1F65 - Implantação de Infra-Estrutura e de Sistemas

- Pagamento de diárias no valor de R\$ 161.639,46 (Cento e sessenta e um mil, seiscentos e trinta e nove reais e quarenta e seis centavos)(*);
- Pagamento de passagens no valor de R\$ 1.326,36 (Hum mil, trezentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos)(**).

3. Ação 8545 - Apoio a Repressão Qualificada

- Pagamento de diárias no valor de R\$ 166.784,11 (Cento e sessenta e seis mil, setecentos e oitenta e quatro reais e onze centavos)(*);

(*) Alguns deslocamentos iniciaram no domingo, tendo em vista o início dos trabalhos no destino iniciaram às 8h de segunda-feira e alguns retornos aos sábados, quando da impossibilidade de retorno na sexta-feira tendo em vista o fim dos trabalhos em hora adiantada daquele dia e por insucesso de compra de passagem aérea na mesma data. Deslocamentos que se iniciavam em sexta-feira ou sábado ou que incluíam o fim de semana estão devidamente justificados com documento em anexo à PCD.

(**) Na compra de passagem aérea para essa Regional foi priorizado sempre o menor custo. Procurou-se a economicidade, buscando a passagem com companhia que a oferecia menor custo. Nos casos em que o evento (motivo do deslocamento) acabava no final da tarde e o seu retorno à Regional se tornaria mais barato no próximo dia, já considerando a diária e passagem, essa Regional, assim o fez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do aumento da densidade demográfica, da explosão nas vendas de veículos, que implica diretamente no número de veículos transitando nas rodovias, das condições das rodovias e do aumento da criminalidade, foi demonstrado no presente relatório que os resultados alcançados nos Indicadores de Desempenho Institucionais foram satisfatórios.

Foram demonstradas as dificuldades relacionadas ao efetivo, sendo que enquanto não houver disposição e compromisso do Governo Federal em investir maciçamente em Segurança Pública, teremos resultados pouco expressivos, haja vista o empenho do efetivo não suplantar as deficiências inerentes a competência institucional.

Embora as condições adversas pelas quais passamos em 2007, parte do efetivo já deficiente, envolvido nas operações dos Jogos Pan-Americanos, no Rio de Janeiro, contingenciamento das receitas que afetam a execução dos recursos orçamentários, ainda assim definimos 2007, com resultados positivos. A Regional conseguiu incrementar as licitações, ampliando as aquisições para atendimento das mais variadas demandas.

Conforme exposto no Relatório, com a reabertura de créditos extraordinários, vislumbra-se melhorias nas reformas de postos, sendo um das metas para 2008 a Reforma da Sede Regional. Levando-se em consideração os indicadores de desempenho institucionais temos como meta principal a redução nos índices de mortalidade nas rodovias. Embora a disponibilidade orçamentária e financeira, seja disponibilizada ao longo do exercício, consideramos que 2007 foi bastante proveitoso para a 8ª Superintendência, que permitiu apesar das condições adversas, prestar melhores serviços à sociedade catarinense e Brasileira.

Florianópolis-SC, 28 de fevereiro de 2008.

LUIS CARLOS PADILHA
Superintendente Substituto